

RESUMO - COM COMUNICAÇÃO PRESENCIAL - GT 05: AS
INTERLOCUÇÕES ENTRE RELIGIÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA NA
CONTEMPORANEIDADE

SOBERANIA, DEUS E PODER - DISTINÇÃO E AMBIGUIDADE

Rudolf Von Sinner (rudolf.sinner@pucpr.br)

A comunicação analisa a centralidade renovada do conceito de soberania em meio ao avanço global do autoritarismo, à crise do multilateralismo e à crescente instrumentalização religiosa do poder político. A partir de episódios recentes envolvendo Brasil e Estados Unidos, demonstra como a soberania — nacional, popular ou divina — tornou-se um recurso discursivo disputado por diferentes atores, frequentemente mobilizado para legitimar projetos de poder personalistas e, por vezes, antidemocráticos. O caso brasileiro é apresentado como exemplo emblemático: diante de tentativas de interferência externa e de tensões internas provocadas pelo bolsonarismo, o governo Lula reivindicou a soberania nacional como defesa da democracia e da autonomia estatal. Ao mesmo tempo, setores da direita cristã buscaram redefinir a soberania como expressão de um plano divino, alinhando líderes políticos a figuras messiânicas e atribuindo-lhes autoridade religiosa.

A comunicação revisita fundamentos históricos da soberania, de Bodin a Hobbes, mostrando como a secularização transferiu ao soberano humano atributos antes reservados a Deus, ao mesmo tempo em que movimentos religiosos contemporâneos procuram “batizar” o Leviatã político. A análise destaca que, embora a soberania estatal possua marcadores concretos — território, leis, fronteiras, forças armadas —, a soberania popular é difusa e

frequentemente apropriada por populistas que afirmam representar a “vontade geral”. Nesse contexto, discursos religiosos que vinculam soberania divina a projetos políticos específicos tornam-se especialmente problemáticos, pois deslocam a lealdade última do cidadão para um líder supostamente ungido por Deus.

Examina-se, ainda, detalhadamente o “plano de poder” formulado por Edir Macedo e outros líderes evangélicos, que propõem a ocupação estratégica das estruturas do Estado como parte de um projeto nacional elaborado por Deus. A Teologia do Domínio, a Teologia das Sete Montanhas e correntes neocalvinistas são apresentadas como expressões de uma visão autoritária da soberania divina, que busca estabelecer o domínio cristão sobre todas as esferas da sociedade. Esses movimentos, presentes tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, contribuíram para legitimar ações antidemocráticas, como as invasões do Capitólio em 2021 e da Praça dos Três Poderes em 2023, ambas marcadas por forte linguagem religiosa e pela crença de que líderes como Donald Trump e Jair Bolsonaro seriam instrumentos escolhidos por Deus.

Em contraposição, propõe-se uma compreensão teológica da soberania divina que se caracteriza pela autolimitação, pela relacionalidade e pela aliança, oferecendo um contraponto crítico à absolutização do poder humano. Essa abordagem busca resgatar uma visão kenótica de Deus — marcada pela humildade e pelo serviço — capaz de moderar o exercício político e de sustentar práticas democráticas comprometidas com justiça, pluralidade e dignidade. Conclui-se que a disputa contemporânea pela soberania revela não apenas uma crise política, mas também uma crise teológica profunda, exigindo discernimento sobre a quem se dirige a lealdade última: ao Estado, ao líder, ao povo ou a Deus.

Palavras-chave: soberania; poder; kenosis; teologia pública; teologia do domínio.